

Para Collor, acordos garantem novos investimentos no Brasil

209 Dinda Ext

Zulcy Borges

O sucesso da renegociação da dívida externa brasileira levou o presidente Fernando Collor a declarar ontem, após participar da inauguração do Espaço Lúcio Costa (ver noticiário na página 5), que os acordos obtidos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Clube de Paris "abrem as portas para novos financiamentos, investimentos e a consolidação dos nossos canais com a comunidade financeira internacional". Na mesma ocasião, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, destacou que o acordo com o Clube de Paris permitiu uma redução de US\$ 9,5 bilhões nos pagamentos, previstos para os próximos dois anos, aos credores oficiais. Para isso, entretanto, o ministro reconheceu que o País teve que admitir uma redução de 18 para 14 anos, no prazo final para que o Brasil liquide suas dívidas junto aos credores ligados ao Clube de Paris.

Marcílio ressaltou, porém, que o reescalonamento obtido está "perfeitamente dentro de nossa capacidade de pagamento", e acrescentou que nenhum ano ficou sobrecarregado de compromissos, "como ocorreu em 1983 e 1987, que sobrecarregaram 1989 e 1992".

Os pesados pagamentos previstos pelos acordos anteriores para estes anos representaram, segundo

o ministro, "um calombo que agora foi desfeito". Marcílio considerou o acordo com o Clube de Paris crucial, "o segundo passo essencial para a normalização das nossas relações financeiras".

Ele adiantou que viaja na próxima semana para os Estados Unidos, para se encontrar, em Nova Iorque, "com os presidentes dos principais bancos americanos e o governador do grupo que negocia com o Brasil". Nestas negociações com os credores privados, o ministro espera obter um desconto em torno de 35%, sobre a dívida estimada de US\$ 60 bilhões, e um prazo de pagamento entre 20 e 30 anos. Contudo, Marcílio admitiu que um acordo com os credores privados será "mais complexo, porque envolve mais de 600 bancos".

Dolarização

O ministro negou a notícia de que teria defendido a dolarização da economia, ao abrir a reunião de quarta-feira do Conselho Monetário Nacional (CMN). "A informação não procede", disse, "não aceito a dolarização porque acho que ela não seria benéfica para a economia brasileira, o que disse foi que nós estamos ainda no meio do oceano, que a borrasca diminuiu, de modo que no meio do oceano ninguém lança âncoras". Marcílio acrescentou que só haverá reindefinição da economia quando o País chegar ao "porto" da estabilização econômica.

E isso poderá ocorrer através de agregados monetários e não segundo as taxas do dólar. "A dolarização não é um bom caminho para o Brasil, o que nós devemos ter é um cruzeiro forte".

Marcílio respondeu, ainda, às críticas feitas pelos governadores de São Paulo, Luiz Antônio Fleury, e da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, contra a antecipação do cronograma de redução das tarifas de importações. Segundo ele, "temos que nos preparar para abrir o País à competição, para que nós mesmos sejamos competitivos, o que houve foi uma pequena antecipação de três meses agora e seis no ano que vem".

Ele acrescentou que tais antecipações foram anunciadas com oito meses de antecedência, e que o ajuste de 25% na taxa cambial, entre o fim de setembro e o fim de dezembro de 91, representou "muito mais em termos de proteção à indústria nacional do que a redução média de 6% nas alíquotas de importação, prevista nos próximos oito meses". Para o ministro, a redução antecipada das tarifas de importação é uma precaução contra a necessidade de correções drásticas, no final de 1994, quando elas receberão um teto máximo de 35%, obedecendo o acordo do Mercosul. "Subir dois degraus agora é mais fácil do que, no fim do período, subir o muro", concluiu Marcílio.